

## SEXISMO AMBIVALENTE RELACIONADO À VIOLÊNCIA POR PARCEIROS ÍNTIMOS: UMA REVISÃO

MONIQUE BERNARDES DE OLIVEIRA FERREIRA<sup>1</sup>  

VÂNIA MARIA MORAIS NOGUEIRA<sup>1</sup>  

PATRÍCIA SANTA ROSA LOURENÇO TRINDADE<sup>1</sup>  

LELIO MOURA LOURENÇO<sup>1</sup>  

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. Juiz de Fora, MG, Brasil

### RESUMO

A Teoria do Sexismo Ambivalente (SA) propõe uma ambivalência nas manifestações sexistas em relação às mulheres, envolvendo tanto crenças e atitudes abertamente discriminatórias, quanto uma visão de cunho protecionista, idealizador e afetivo. Alguns autores, sobretudo de áreas sociais e de saúde, associam os postulados desta teoria ao fenômeno da violência por parceiros íntimos (VPI). Sendo assim, esta pesquisa consiste em uma revisão sistemática da literatura com objetivo de identificar as relações estabelecidas, em artigos científicos, entre o SA e a VPI. A busca foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PsycInfo, PubMed, SciELO e *Web of Science*. Foram selecionados 29 artigos para compor o trabalho. Os resultados apontaram as mulheres como principais vítimas da VPI e mostraram que o sexismo ambivalente pode ter influências significativas neste contexto, podendo atuar como uma maneira de legitimar e sustentar as desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** Sexismo; Violência por parceiros íntimos; Violência de gênero.

#### Correspondência:

Monique Bernardes de Oliveira  
Ferreira  
[moniqueberolifer@gmail.com](mailto:moniqueberolifer@gmail.com)

#### Submetido em:

02/12/2019

#### Revisto em:

08/05/2020

#### Aceito em:

15/06/2020

#### Como citar:

Ferreira, M. B. O., Nogueira, V. A. M., Trindade, P. S. R. L., & Lourenço, L. M. (2022). Sexismo ambivalente relacionado à violência por parceiros íntimos: uma revisão. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74, e010. <http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.19545>



## **AMBIVALENT SEXISM RELATED TO INTIMATE PARTNER VIOLENCE: A REVIEW**

### **ABSTRACT**

The Theory of Ambivalent Sexism (AS) proposes an ambivalence in sexist manifestations related to women, involving both openly discriminatory beliefs and attitudes as well as a protectionist, idealizing and affective view. Some authors, especially from the social and health fields, associate the postulates of this theory with the phenomenon of intimate partner violence (IPV). Therefore, this research consists of a systematic literature review to identify the relations established, in scientific articles, between AS and IPV. The search was carried out in the Virtual Health Library (VHL), PsycInfo, PubMed, SciELO and Web of Science databases. 29 articles were selected to compose the work. The results identified women as the main victims of IPV and showed that ambivalent sexism can have significant influences in this context, as it can act to legitimize and sustain gender inequalities.

**Keywords:** Sexism; Intimate partner violence; Gender-based violence.

## **SEXISMO AMBIVALENTE RELACIONADO CON LA VIOLENCIA DE PAREJA ÍNTIMA: UNA REVISIÓN**

### **RESUMEN**

La Teoría del Sexismo Ambivalente (SA) propone una ambivalencia en las manifestaciones sexistas en relación con las mujeres, involucrando tanto creencias y actitudes abiertamente discriminatorias, como una visión proteccionista, idealizadora y afectiva. Algunos autores, especialmente del área social y de la salud, asocian los postulados de esta teoría con el fenómeno de la violencia de pareja (VPI). Por lo tanto, esta investigación consiste en una revisión sistemática de la literatura con el fin de identificar las relaciones que se establecen, en los artículos científicos, entre SA y VPI. La búsqueda se realizó en las bases de datos Biblioteca Virtual en Salud (BVS), PsycInfo, PubMed, SciELO y *Web of Science*. Se seleccionaron 29 artículos para componer el trabajo. Los resultados señalaron a las mujeres como las principales víctimas de la VPI y mostraron que el sexismo ambivalente puede tener influencias significativas en este contexto, actuando como una forma de legitimar y sostener las desigualdades de género.

**Palabras clave:** Sexismo; Violencia de pareja íntima; Violencia de género.

## INTRODUÇÃO

A Teoria do Sexismo Ambivalente (SA), apresentada em 1996 por Glick e Fiske (1996), surge no campo da Psicologia Social, a partir da percepção de que as pessoas têm mais facilidade em justificar preconceitos quando expressam algumas crenças subjetivamente ou supostamente positivas sobre outro grupo (Glick & Fiske, 2011). Além disso, os autores inspiraram-se também nas pesquisas sobre racismo da época, nos Estados Unidos (Gaertner & Dovidio, 1986; McConahay, 1986), que indicavam que esse não se manifestava mais de forma tão aberta, explícita e sem conflito, em função das transformações nas normas sociais, numa era dos Direitos Civis. O racismo havia se tornado mais sutil e ambivalente. Glick e Fiske perceberam que uma análise semelhante parecia se aplicar ao sexismo, todavia, destacam diferenças entre ambos. De acordo com os autores, nas relações de gênero, além de haver domínio e subordinação, os membros dos dois grupos frequentemente, têm relações mais estreitas e constantes, costumam ter relacionamentos românticos e familiares próximos. Enquanto nas relações entre grupos raciais há uma experiência de menor contato. Sugerindo, portanto, que o preconceito em relação às mulheres não se enquadra no modelo teórico deste como puramente uma antipatia (Glick e Fiske, 2011).

Desta forma, Glick e Fiske (1996) propõem o sexismo em relação às mulheres como um construto multidimensional marcado por sentimentos ambivalentes, ou seja, em vez de conceituá-lo como uma forma de preconceito que reflete unicamente hostilidade em relação às mulheres, os autores apontam o sexismo como um caso especial que retrata sentimentos ambivalentes, englobando dois conjuntos de atitudes: hostis e benevolentes. O sexismo hostil (SH) abrange crenças e atitudes abertamente discriminatórias, considerando as mulheres inferiores aos homens e expressando intolerância quanto ao papel feminino como figura de poder e decisão. Já o sexismo benevolente (SB) abarca uma visão de cunho protecionista, idealizador e afetivo, descrevendo a mulher como uma pessoa frágil, que necessita de atenção, mas que complementa o homem, o que fornece uma racionalização confortável para confiná-las a papéis domésticos e reforça sua subordinação diante da figura masculina. Desta forma, as dimensões do SA combinam concepções de falta de competência das mulheres, permitindo que os homens exerçam poder estrutural sobre elas com justificativas supostamente "benevolentes" que os possibilitam ver suas ações como não exploradoras (Glick & Fiske, 2011).

A SA é relacionada por alguns autores à violência que ocorre dentro de um relacionamento íntimo (Allen, Swan & Raghavan, 2009; Arnoso, Ibabe, Arnoso & Elgorriaga, 2017; Easteal, Holland & Judd, 2015; Expósito, Herrera, Moya & Glick, 2010; Novo, Herbón & Amado, 2016). Verifica-se que não há um consenso na

literatura de uma terminologia para se referir a este tipo de violência. Entretanto a produção científica mais recente, têm optado pelo termo “violência por parceiros íntimos” (VPI), que também será utilizado no presente estudo, por este se aproximar mais de um entendimento que envolve as diversas configurações de relações íntimas afetivas. A VPI é compreendida como todo e qualquer ato de abuso físico sexual, moral, patrimonial e/ou comportamento controlador cometido contra alguém com quem mantém (ou manteve) qualquer tipo de relação íntima afetiva, independente de coabitação (Brasil, 2006; Krug, 2002; Saltzman, Fanslow, McMahon & Shelley, 1999).

Apesar haver estudos que mostram números comparáveis de VPI perpetrada por homens e mulheres (Archer, 2000; Arnosso et al., 2017; Frieze, 2005; Strauss, 2008), importantes referências (World Health Organization [WHO], 2005; 2013; 2017) apontam as mulheres como as principais vítimas. Além disso, Allen et al. (2009) propõem que a violência da mulher contra o parceiro pode, muitas vezes, ser uma reação a uma vitimização prévia, ou seja, uma resposta à violência praticada pelo parceiro.

A VPI é um fenômeno multicausal e em muitos casos está relacionada a crenças e atitudes tolerantes ao uso da violência. Diversas culturas estabelecem, por meio de sistemas de crenças e ideologias, papéis, características e comportamentos apropriados para homens e mulheres que acabam por direta ou indiretamente, legitimar a VPI (Pérez, Fiol, Palmer & Guzmán, 2006; Valor-Segura, Expósito & Moya, 2011). Além disso, podem muitas vezes contribuir e/ou se esforçar para manter o *status quo* de subordinação e subjugação das mulheres em relação aos homens (Marques-Fagundes, Megías, García-García & Petkanopoulou, 2015). Tendo em vista esta possível relação entre SA e VPI e o fato de que até o momento não se tem conhecimento de um estudo de revisão que a tenha abarcado, a presente produção teve como objetivo identificar e compreender as relações estabelecidas entre o SA e a VPI na literatura científica.

## MÉTODO

Conduziu-se uma busca de artigos científicos nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PsycInfo, PubMed, SciELO e *Web of Science*, utilizando as seguintes combinações de descritores: (“violência por parceiro íntimo” ou “violência de gênero”) e “sexismo ambivalente”. As combinações foram realizadas em português, inglês (*intimate partner violence; gender-based violence; ambivalent sexism*) e espanhol (*violencia de pareja; violencia de género; sexismo ambivalente*) e nas bases que ofereciam esse recurso, utilizou-se o filtro para exibição somente de

artigos com acesso aberto. A busca se deu em março de 2019 e retornou um total de 131 referências, todas foram encaminhadas para o *software* livre *MyEndnote Web*, onde foram excluídas as duplicações (51), realizada a leitura de títulos e resumos (80) e, em seguida, a leitura integral dos estudos pré-selecionados de acordo com os objetivos e critérios de inclusão estabelecidos (38). Ao final, restaram 29 artigos que compõem a presente revisão (ver detalhamento na Figura).

Os critérios de inclusão da pesquisa contemplaram artigos em: (I) português, inglês e espanhol, que tivessem (II) acesso aberto e que estabelecessem como objetivos (III) ou apresentassem como hipóteses (IV) algum tipo de relação ou associação entre SA e VPI. Foram excluídos livros, capítulos de livros, monografias, teses e artigos de revisão. Não foi estabelecido um intervalo de data de publicação dos trabalhos, objetivando encontrar um número maior de resultados e compreender a evolução das produções ao longo dos anos. As informações foram quantificadas de acordo com o tipo de estudo, autores, ano da publicação, país onde a pesquisa foi realizada, idioma da publicação e periódico onde foi publicada. Além disso, foram também analisados dados relativos à caracterização da amostra, aos instrumentos utilizados para mensurar o SA e os principais resultados no que diz respeito às relações/associações estabelecidas entre o SA e a VPI.

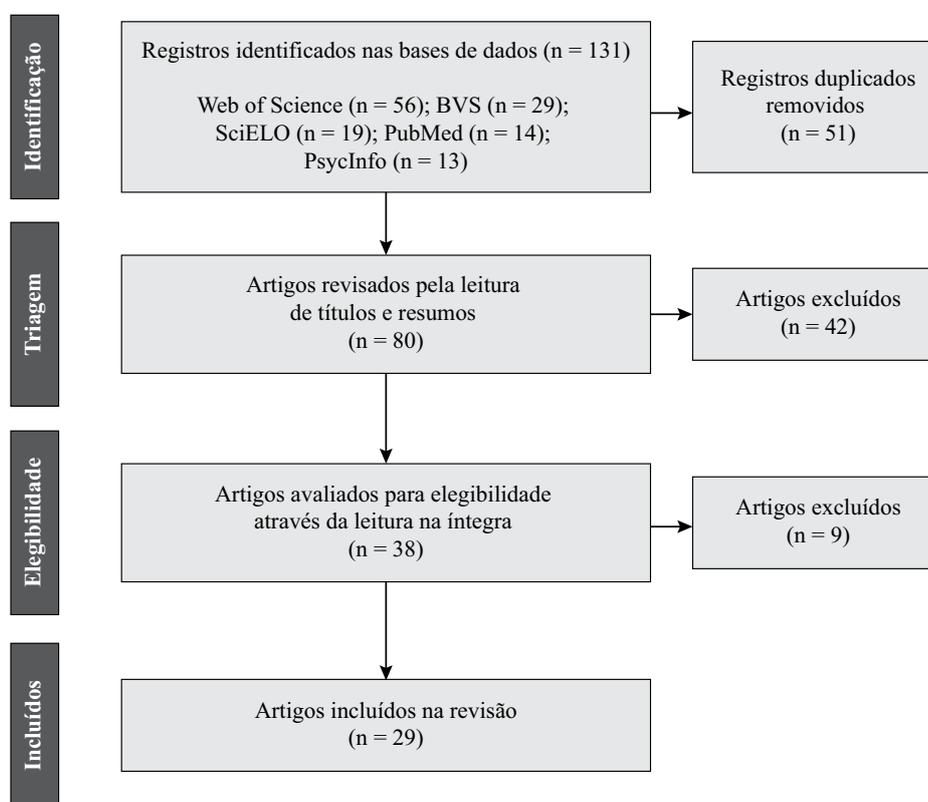


Figura. Fluxograma de procedimentos metodológicos para seleção dos dados

## RESULTADOS

A princípio destacamos que os artigos abordados têm origem epistemológica nas ciências Sociais, de Saúde, e sobretudo na Psicologia. Todos têm um ou mais pesquisadores da Psicologia. As demais áreas presentes foram: Enfermagem (1), Saúde Pública (1), Medicina (2), Ciência Forense (1), Direito (1), Educação/Serviço Social (2) e Sociologia (1).

Considerando o idioma dos artigos, foram encontrados textos em inglês (22) e espanhol (5), sendo que dois deles apresentaram ambos os idiomas na mesma publicação. Apesar da produção por ano, obteve-se trabalhos a partir de 2009 até 2019, com uma maior concentração de publicações em 2017 (8). No que se refere aos países onde os estudos foram desenvolvidos, considerou-se a localidade onde foi realizada a coleta dos dados, sendo assim, o país com o maior número de trabalhos foi a Espanha (13), seguida pelos EUA (8) e França (2), os demais contam com uma publicação cada. Os periódicos onde foram publicadas as produções apresentaram-se bastante variados, sendo o *Journal of Interpersonal Violence* com maior número de publicações (7). Os autores e as amostras das pesquisas foram também diversificados.

Quanto às características de tratamento dos dados obtidos nas investigações, apenas um deles era de natureza qualitativa (Alvarez et al., 2018) e um segundo utilizou métodos mistos (quanti-quali) (Lelaurain et al., 2017). Nos demais, o tratamento foi quantitativo. A grande maioria dos trabalhos (28 deles) utilizaram o *Ambivalent Sexism Inventory - ASI* para mensurar o SA. Construído pelos autores da teoria do SA, consiste em uma medida de autorrelato com 22 itens que avaliam as atitudes sexistas em relação à mulher, em duas subescalas com 11 itens cada, referentes às dimensões do SH e SB (Glick & Fiske, 1996). Li e Zheng (2017), além do ASI, utilizaram também o *Ambivalence for Men Inventory - AMI*. Igualmente desenvolvido e validado por Glick e Fiske (1999), contém 20 itens, divididos em duas subescalas: SH e SB. No entanto, avaliam as atitudes sexistas perante os homens. Apenas Alvarez, Lameiras-Fernandez, Holliday, Sabri e Campbell (2018) fizeram uso de uma entrevista semiestruturada. A Tabela apresenta uma síntese dos dados autor/ano, país, periódico, amostra e características metodológicas.

Tabela. Autor/ano, país, periódico, amostra e características metodológicas dos artigos

Autor/ano	País	Periódico	Amostra	Características metodológicas
Allen et al. (2009)	EUA	Journal of Interpersonal Violence	232 universitários (92 homens e 140 mulheres)	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados
Alvarez et al. (2018)	EUA	Journal of Interpersonal Violence	30 mulheres imigrantes que vivem nos EUA	Pesquisa de campo, qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada
Berke e Zeichner (2016)	EUA	Violence and Victims	168 homens universitários	Pesquisa experimental, quantitativa, com 2 sessões: primeira com uso de inventários e escalas padronizados, segunda com um experimento comportamental laboratorial
Boira, Chilet-Rosell, Jaramillo-Quiroz, e Reinoso (2017)	Equador	Universitas Psychologica	646 universitários (222 homens e 424 mulheres)	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados
Gage e Lease (2018)	EUA	Journal of interpersonal violence	101 homens moradores dos EUA	Pesquisa de campo (online), quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados
Gölge, Sanal, Yavuz e Arslanoglu-Çetin (2016)	Turquia	Journal of family violence	300 policiais e 150 membros do judiciário (365 homens e 85 mulheres)	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados
Gracia, Garcia e Lila (2014)	Espanha	Criminal justice and behavior	308 policiais do sexo masculino	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de vinhetas com diferentes condições experimentais e uso de inventários e escalas padronizados
Guerrero-Molina, Moreno-Manso, Guerrero-Barona e Cruz-Márquez (2017a)	Espanha	Journal of Interpersonal Violence	129 homens condenados à prisão por crimes de VPI	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados

Continua

Continuação

Guerrero-Molina, Moreno-Manso, Guerrero-Barona e Cruz-Márquez (2017b)	Espanha	Universitas Psychologica	129 homens condenados à prisão por crimes de VPI	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados
Herrera, Valor-Segura e Expósito (2012)	Espanha	European Journal of Psychology Applied to Legal Context	169 policiais (153 homens e 16 mulheres)	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de um julgamento fictício com diferentes condições experimentais e uso de inventário padronizado
Jiménez, Priego, Gutiérrez, Molina, Flores e Ramírez (2015)	Espanha	REiDoCrea: Revista Electrónica de Investigación y Docencia Creativa	49 mulheres universitárias	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados
Kosterina, Horne e Lamb (2019)	Quirguistão	Journal of health psychology	143 mulheres em tratamento de sintomas ginecológicos	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de questionários elaborados pelos autores e inventários padronizados
Lee, Begun, DePrince e Chu (2016)	EUA	Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy	79 meninas que faziam parte de sistema de bem-estar infantil	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventários e escalas padronizados e uma tarefa de decisão lexical
Lelaurain et al. (2017)	França	Sex Roles	Estudo 1: 24 adultos (12 homens e 12 mulheres); Estudo 2: 123 adultos (63 homens e 60 mulheres)	Pesquisa de campo, com uso de métodos mistos (quanti-quali). Estudo 1: entrevista semiestruturada Estudo 2: questionário elaborado pelos autores e inventário e escala padronizados
Lelaurain, Fonte, Giger, Guignarde & Lo Monaco (2018)	França	Journal of interpersonal violence	235 adultos (120 mulheres e 115 homens)	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de questionário elaborado pelos autores e inventário e escala padronizados

Continua

Continuação

Lie Zheng (2017)	China	Journal of interpersonal violence	272 homens homossexuais ou bissexuais	Pesquisa de campo (online), quantitativa, com uso de inventários padronizados e escalas (uma elaborada pelos autores, outra utilizada em outro estudo de outros autores)
Loveland e Raghavan (2017)	EUA	Violence and Gender	137 homens condenados a um programa de tratamento de agressores	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventário e escalas padronizados
Marques-Fagundes, Megias, García-García e Petkanopoulou (2015)	Espanha	Revista de Psicología Social	91 mulheres de 18 associações de mulheres	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de escala e inventário padronizados e questionários elaborados pelos autores
Novo, Herbon e Amado (2016)	Espanha	Revista Iberoamericana de Psicología y Salud	121 adultos (48 homens e 73 mulheres)	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de dilemas com diferentes condições experimentais, uso de escala, inventário e questionário padronizado, e uma medida de autorrelato de uma pergunta direta elaborada pelos autores
Renzetti, Lynch e DeWall (2018)	EUA	Journal of interpersonal violence	255 homens adultos	Pesquisa de campo (online), quantitativa, com uso de inventário e escalas padronizados
Riley e Yamawaki (2018)	EUA	Sage open	184 universitários (108 mulheres e 76 homens)	Pesquisa experimental (online), quantitativa, com avaliação de cenários com diferentes condições experimentais e uso de escalas e inventário padronizados.
Soto-Quevedo (2012)	Chile	Acta Colombiana de Psicología	120 adultos (62 mulheres e 58 homens)	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de vinhetas experimentais e uso de inventário padronizado e questionários elaborados pelo autor

Continua

Continuação

Valor-Segura, Expósito e Moya (2011)	Espanha	The Spanish Journal of Psychology	485 adultos (282 mulheres e 203 homens)	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de cenários com diferentes condições experimentais, uso de inventário e escala padronizados e questionários elaborados pelos autores
Vecina (2017)	Espanha	Journal of investigative psychology and offender profiling	160 homens condenados por VPI	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de inventário, escala e questionário padronizados
Vecina (2018)	Espanha	American journal of men's health	403 homens condenados por VPI	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de escalas e inventário padronizados e uma medida com uma pergunta direta elaborada pelo autor
Vecina e Piñuela (2017)	Espanha	The Journal of psychology	103 homens em tratamento judicial por VPI.	Pesquisa de campo, quantitativa, com uso de questionário e inventário padronizados e duas medidas com uma pergunta direta elaborada pelos autores
Vidal-Fernández e Megías (2014)	Espanha	The Journal of psychology	246 universitários (110 mulheres e 134 homens)	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de cenários com diferentes condições experimentais, uso de inventário padronizado e questionário elaborado pelos autores
Yamawaki, Ostenson e Brown (2009)	Japão e EUA	Violence Against Women	101 universitários americanos (45 homens e 56 mulheres) e 103 universitários japoneses (46 homens e 57 mulheres)	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de cenários com diferentes condições experimentais, uso de inventário e escala padronizados e questionários elaborados pelos autores
Zapata-Calvente e Megías (2017)	Espanha	Revista de Psicología Social	251 universitários (125 mulheres e 126 homens)	Pesquisa experimental, quantitativa, com avaliação de cenários com diferentes condições experimentais, uso de inventário padronizado e questionário elaborado pelos autores

## VPI E SEXISMO AMBIVALENTE

No que concerne às relações estabelecidas entre o SA e a VPI, o estudo de Boira et al. (2017), desenvolvido com estudantes universitários, mostrou que, na medida em que os níveis de SA aumentavam, em ambas as dimensões, a intensidade da VPI praticada e sofrida também subia. Um outro estudo realizado no mesmo contexto (universitário), identificou que homens com atitudes do SB perpetraram menos violência contra suas parceiras. Além disso, o maior endosso de SB pelas mulheres estava associado à redução do risco de sofrerem violência de seus parceiros, mas também a uma menor probabilidade de denunciarem a vitimização (Allen et al., 2009).

Zapata-Calvente e Megías (2017) identificaram que o SA influenciou a percepção da VPI de universitários diante de histórias fictícias em que ambos os membros de um casal heterossexual se agridem devido a motivações diferentes: exercer controle e reagir à violência. Nos participantes homens, maiores níveis no SH e SB relacionaram-se a uma maior atribuição da motivação de exercer controle à mulher, no cenário onde foi o homem que cometeu a violência motivada pelo desejo de controlar a mulher e ela reagiu. Aqueles que apresentaram níveis mais altos no SH minimizaram a gravidade da violência masculina. Já nas mulheres, altos escores no SH foram relacionados a uma menor propensão a atribuir a motivação de controle ao sexo masculino no cenário onde o homem cometeu a violência com desejo de exercer controle sobre a mulher. Diante do cenário em que a mulher atacou seu parceiro para controlá-lo e o homem a agrediu em reação, pontuações altas no SH foram associadas com a violência masculina sendo considerada menos grave.

O estudo de Vidal-Fernández e Megías (2014), realizado também com universitários, apresentou aos participantes um cenário descrevendo um caso hipotético de violência física perpetrada por um homem contra sua parceira e dependendo da condição experimental, a vítima foi descrita como feminista e/ou como exibindo dificuldades em seu relacionamento com os outros ou não. O endosso de SH pelos estudantes previu positivamente a culpa atribuída à vítima, sobretudo quando esta foi descrita como feminista e como uma mulher "difícil de lidar". Além disso, os homens com altos níveis de SH, comparados às mulheres, culpabilizaram mais a vítima quando ela foi apresentada como uma mulher feminista.

Uma terceira pesquisa (Riley & Yamawaki, 2018), produzida com discentes de uma universidade a partir de cenários fictícios, encontrou uma relação

entre autoritarismo de direita<sup>1</sup> juntamente a atitudes de SB, com visões mais tradicionais sobre relacionamentos, papéis tradicionais de gênero e punição para as pessoas que quebram estes papéis. Além disso, pessoas com altos índices de autoritarismo de direita e de SB eram mais propensas a encorajar as vítimas a resolverem seus problemas no relacionamento sem qualquer tipo de ajuda externa. Já os participantes que pontuaram alto no autoritarismo de direita e no SH, foram mais propensos a fazer sugestões de natureza mais julgadora para com as vítimas.

Ainda nesse mesmo contexto, Berke e Zeichner (2016), baseados no modelo de processo oposto do SB<sup>2</sup> – que sugere que, para os homens, o SB atua indiretamente através do SH para prever a aceitação de uma política social de hierarquia como uma expressão de uma preferência pelo domínio em grupo (isto é, orientação de dominância social<sup>3</sup>) –, realizaram uma pesquisa experimental com homens graduandos a partir da hipótese de o efeito indireto previsto do SB para a violência baseada em gênero via SH também ser mediado pela orientação para a dominância social. Por meio de uma tarefa simulada de tempo de reação competitiva com uma oponente mulher, os participantes tinham a opção de dar um choque na oponente após um resultado de vitória ou derrota (como uma medida de violência de gênero). Os resultados mostraram que o SB dos participantes predizia o SH dos mesmos e este, por sua vez, predizia a violência de gênero. Além disso, a orientação para a dominância social dos participantes atuaria como um mediador adicional nessa cadeia causal através de sua associação com o SH.

Um quinto e último estudo dentro das características supracitadas comparou estudantes universitários japoneses e americanos diante de situações fictícias e mostrou que em ambas as nacionalidades aqueles participantes com alto índice de SB e SH eram mais propensos a minimizar a violência, enquanto aqueles que obtinham escores altos apenas no SB tinham maior probabilidade de culpar a vítima (Yamawaki, Ostenson & Brown, 2009).

Gracia, Garcia e Lila (2014) encontraram evidências da influência do SA nas preferências de aplicação da lei de policiais diante de casos de VPI contra mulher. Os policiais com baixos níveis de SH e altos níveis de empatia preferem uma abordagem de aplicação da lei incondicional e aqueles com altos níveis de SH e altos níveis de empatia demonstraram preferir uma aplicação da lei mais condicional. Além disso, policiais com baixo índice de SB mostram uma preferência por uma abordagem de aplicação da lei irrestrita em comparação com aqueles com altos níveis de SB.

Já o estudo conduzido por Gölge, Sanal, Yavuz e Arslanoglu-Çetin (2016) com policiais e membros do judiciário mostrou que, de maneira geral, a profissão, o SH e o SB atuam como preditores de atitudes em relação ao abuso de mulheres por parceiros íntimos diante da percepção de casos que envolvem VPI contra mulheres. Outro trabalho realizado por Herrera, Valor-Segura e Expósito e (2012), com policiais a partir da avaliação de criminalidade em um caso simulado de uma mulher vítima de VPI em julgamento por assassinar seu marido que alegou legítima defesa, indicou que um protótipo de mulher espancada seria percebido como mais credível, menos responsável e menos no controle da situação do que uma ré que não se encaixava nesse protótipo, sendo esta relação protótipo-controle mediada pelo SH.

Em uma outra contextura, de pesquisas realizadas com homens condenados judicialmente por VPI, Loveland e Raghavan (2017) encontraram forte correlação entre o SH e o controle coercitivo (considerado no estudo como um aspecto da VPI). Vecina (2017; 2018) também apresenta dois trabalhos com homens condenados por crimes de VPI. Ambos apontam correlações significativas entre VPI, SA e variáveis morais (absolutismo moral<sup>4</sup>, fundamentos individualizantes e fundamentos vinculativos<sup>5</sup>). Seguindo com essa categoria de amostra e nessa linha de que o SA nos homens condenados por VPI pode ter raízes em fundamentos morais, Vecina e Piñuela (2017), acreditando que pelo menos dois destes fundamentos (fundamento de autoridade e fundamento de justiça<sup>5</sup>) podem servir para prever a intenção de mudar o comportamento violento contra a parceira, indicaram que o SB se correlaciona positivamente com o fundamento de autoridade e o SH correlaciona-se negativamente com o fundamento da justiça. Ambos os fundamentos contribuem para explicar as dimensões do SA e apenas o fundamento da justiça prevê a intenção de mudar o comportamento de violência contra a parceira.

Guerrero-Molina, Moreno-Manso, Guerrero-Barona e Cruz-Márquez (2017a; 2017b) apresentaram duas publicações com uma mesma amostra de homens condenados à prisão por crimes relacionados à VPI. Em ambas, os resultados mostraram que o SH se correlacionou positivamente com a falta de admissão de responsabilidade, a minimização do dano causado, a culpabilização da vítima e as justificativas de autodefesa para a violência perpetrada. Já o SB correlacionou-se com a falta de admissão de responsabilidade e maior tendência para minimizar o dano causado.

Na pesquisa de Alvarez et al. (2018), de acordo com o relato de mulheres imigrantes residentes nos EUA vítimas de VPI, aquelas que buscaram mais

oportunidades para si, como procurar emprego e desenvolver suas redes e atividades sociais, eram mais propensas a experimentar o SH. Já aquelas que se ajustavam mais com os papéis tradicionais de gênero (tomando conta das crianças e do lar), condizentes com o SB, se mostraram mais dispostas a aceitar o abuso de seus parceiros. Uma outra investigação indicou o SA e o domínio no relacionamento<sup>6</sup> como reguladores da relação entre o endosso da ideologia de masculinidade tradicional<sup>7</sup> e a aceitação mais forte dos mitos da violência doméstica<sup>8</sup> (Gage & Lease, 2018).

Lelaurain et al. (2017) identificaram a partir da opinião de homens e mulheres, frente a uma narrativa fictícia de VPI, que ideologias baseadas no SA e em mitos da violência doméstica<sup>9</sup>, atuariam como lógicas condicionais para minimizar ou justificar a VPI. Em um passo adiante, Lelaurain et al. (2018) encontraram uma ligação positiva entre a adesão ao amor romântico<sup>9</sup>, SA e mitos da violência doméstica<sup>9</sup>. Ademais, foi demonstrado que a relação entre o amor romântico e a legitimação da violência é mediada pelo SA e por mitos da violência doméstica<sup>9</sup>.

No trabalho de Renzetti, Lynch e DeWall (2018), encontrou-se que o consumo de álcool e o SH estão positivamente associados à perpetração da VPI e que o SH modera a relação álcool-VPI para perpetração da VPI física. Um outro estudo mostrou que adultos com crenças do SH se mostraram propensas a justificar a discriminação e a agressão contra as mulheres por parte do parceiro íntimo (Valor-Segura et al., 2011). Já de acordo com Lee, Begun, De Prince e Chu (2016), foi identificado em adolescentes no sistema de bem-estar infantil previamente expostos à VPI que, à medida que o SH das adolescentes aumentou, também aumentaram suas crenças de que a violência no namoro é aceitável.

O SB apareceu como fator de risco no processo de percepção da violência psicológica, segundo Marques-Fagundes et al. (2015). O estudo apontou que, quanto mais participantes aderiram ao SB, menos elas perceberam tais comportamentos como abuso. Em contrapartida, quanto mais participantes aderiram à ideologia igualitária, compreendida no estudo como uma ideologia feminista, que luta para alcançar igualdade entre os gêneros, mais elas percebiam os comportamentos descritos como abuso. Na pesquisa de Soto-Quevedo (2012), ao examinarem uma vinheta contendo uma situação de VPI, os participantes que aderiam ao SB, enquanto o nível de SH era baixo, culpavam as vítimas quando sentiam que estas transgrediam o estereótipo de gênero e tendiam a isentá-las quando sentiam que se

comportavam de acordo com tal estereótipo. Assim como as descobertas de que atitudes de SH e SB em relação às mulheres estão relacionadas à VPI nas relações heterossexuais, na pesquisa de Li e Zheng (2017), as duas dimensões do SA se mostraram como preditoras da vitimização na VPI em relações homossexuais.

Numa direção um pouco distinta, Kosterina, Horne e Lamb (2019) encontraram, em mulheres pacientes de clínicas ginecológicas, uma relação positiva entre a experiência de qualquer tipo de violência e o número de sintomas ginecológicos. O SH e o SB não mediaram a relação entre violência e sintomas neste estudo. Novo et al. (2016) não encontraram interferência do SA na percepção subjetiva da vitimização na VPI diante da leitura de uma vinheta com um caso de VPI.

Por fim, Jiménez et al. (2015) partem da noção de que o SA pode interferir na necessidade de fechamento cognitivo; esta, por sua vez, é uma tendência das pessoas de buscar e manter uma resposta definitiva a um determinado problema, evitando confusão, ambiguidade e incerteza, portanto, pode desempenhar um papel importante nas relações intra e interpessoais, intra e intergrupos. Além disso, segundo os autores, a sociedade de hoje não acomoda a existência do homem que sofre violência da parceira, uma vez que, socioculturalmente, as mulheres apenas exercem violência para se defenderem dos homens. Sendo assim, ao explorarem a consciência de que as mulheres podem exercer violência contra os homens, não observaram correlação entre as variáveis SA e a necessidade de fechamento cognitivo. De acordo com os autores, isto pode indicar a falta de consciência do fato de que as mulheres podem exercer a violência em relação aos homens.

## DISCUSSÃO

A presente revisão buscou sintetizar um panorama geral de como têm sido estabelecidas, na literatura científica, especificamente de artigos publicados em periódicos científicos, as relações/associações do sexismo ambivalente com a VPI. Com base nos resultados encontrados, nota-se uma lacuna de produções no contexto brasileiro. Os manuscritos brasileiros com os quais temos contato são trabalhos de validação e avaliação de propriedades psicométricas do Inventário de Sexismo Ambivalente, no entanto, nenhum deles apresenta relação entre o SA e a VPI, motivo pelo qual não apareceram nas buscas. Conseguimos identificar, através das referências dos estudos aqui abordados, uma única pesquisa realizada no Brasil: Glick et al. (2002)

investigaram a relação entre SH e SB com atitudes sobre abuso de esposas em diversas amostras na Turquia e no Brasil. Os resultados indicaram que em ambos os países o SH e o SB se correlacionaram positivamente com atitudes que legitimam o abuso, além disso, o SH representava uma variação única, ao passo que o SB, estando o SH controlado, não se relacionou com as atitudes de abuso da parceira. Isto nos leva a duas questões. Primeiramente, uma possível limitação da presente produção no que diz respeito aos descritores utilizados para a busca. Talvez se mais termos que se referem à violência na relação conjugal tivessem sido utilizados, trabalhos nacionais poderiam ter sido encontrados.

O segundo ponto é que, assim como na pesquisa de Glick et al. (2002), o estudo de Allen et al. (2009), incluído nesta revisão, aponta o SB como um suposto fator de proteção contra VPI, uma vez que altos índices de SB diante de baixos escores em SH não se correlacionam com atitudes de legitimação ou perpetração da VPI. Contudo, há certa contingência nessa proteção quando as mulheres desafiam ou fogem de seus papéis convencionais. Em outras palavras, quando as mulheres se ajustam aos papéis tradicionais de gênero, condizentes com o SB, podem ser menos propensas a sofrer violência do parceiro, porém, tendem também a aceitar mais a VPI e/ou a não percebê-la como abuso (Glick et al., 2002), o que pode ser observado similarmente nos resultados apresentados nas produções de Alvarez et al. (2018), Marques-Fagundes et al. (2015) e Soto-Quevedo (2012).

O SB, como apontam Glick e Fiske (1996; 2011), pode ser visto como um importante complemento para o SH, podendo atuar na legitimação do SH e no controle da resistência das mulheres às desigualdades de gênero, uma vez que, na medida em que as mulheres, ao acreditarem que dependem dos homens como seus protetores e provedores, são menos propensas a protestar contra o poder deles ou buscar sua própria independência. Além disso, Glick et al. (2000) em uma pesquisa com 15.000 homens e mulheres de 19 países verificaram que nos países onde os homens apresentam níveis mais altos de SH, as mulheres endossam mais fortemente o SB, segundo os autores, pela possibilidade de proteção que esta dimensão se propõe a oferecer às mulheres. No entanto, “a adesão das mulheres ao SB serve apenas para reforçar a desigualdade de gênero, oferecendo uma promessa de proteção altamente contingente que é promulgada somente quando as mulheres se comportam de acordo com as expectativas e prescrições sexistas” (Glick et al., 2002 p. 296). Portanto, a subjetiva benevolência em relação às mulheres carrega os mesmos preconceitos da dimensão hostil,

expressando de maneira equivalente preceitos de dominância e poder masculino, no entanto, por seu caráter subjetivamente favorável torna-se mais sutil, socialmente menos antiquada; sob uma máscara de romantismo e agradabilidade em vez de seu real caráter prejudicial.

Acredita-se que, em função desta estreita relação entre as dimensões do SA, representada inclusive por uma correlação positiva entre as subescalas de SB e SH no Inventário de Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 1996; Glick et al., 2000), não é possível estabelecer com clareza, os fatores específicos de influência de cada uma delas no fenômeno da VPI. Nos resultados apresentados, os fatores se replicam diversas vezes no SH e no SB, corroborando essa complementariedade e reforço mútuo entre as dimensões.

Nota-se também que os trabalhos da presente revisão não focaram a investigação na relação apenas entre VPI e sexismo ambivalente. Na grande maioria deles havia a presença de outra teoria ou constructo que intermediava ou complementava esta relação. Estes foram apenas citados e/ou descritos com breves notas para facilitar o entendimento dos resultados de suas respectivas pesquisas, pois não condiz com os objetivos do trabalho explorar estes pontos. No entanto, podemos observar que a maior parte desses construtos e teorias foca, de certa forma, em elementos presentes em crenças e fatores sociais convencionais, assim como a SA, o que reforça a importância de se explorar mais a fundo estes fatores, possibilitando direcionar esforços para a prevenção da VPI.

Uma última observação importante que merece ser destacada é que, apesar de alguns estudos trabalharem a VPI entre homens e mulheres sem especificação de gênero entre vítimas ou perpetradores, preponderantemente a mulher foi reconhecida como a principal vítima da VPI e o homem como o agressor. Este achado corrobora com pesquisas importantes da literatura (WHO, 2005; 2013; 2017), além disso, vai ao encontro do que é proposto na SA, de que as manifestações sexistas contra as mulheres constituem uma forma de legitimar e sustentar as desigualdades de gênero (Glick & Fiske, 1996; Ferreira, 2004).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar dessas relações variarem de acordo com a população investigada, é inegável que o SA pode ter influências significativas no contexto da VPI. Além disso, deve-se atentar para o fato de que as vítimas desta violência são preponderantemente mulheres. Uma vez que o SB, como

supracitado, atua no sentido de legitimar o SH e perpetuar as desigualdades de gênero, a VPI seria uma forma de reproduzir e firmar esta desigualdade, refletindo uma força social responsável por estruturar relações de poder entre os gêneros e modelar as dinâmicas sociais (Corradi, 2009; Stevens, Oliveira, Zanello, Silva & Portela, 2017). Sendo assim, destaca-se a importância de se estudar a VPI dentro de diferentes contextos socioculturais explorando como questões estruturais como o sexismo podem interferir nas experiências de VPI dos indivíduos.

Apontamos como limitação do estudo a quantidade de descritores utilizados na busca, como citado brevemente acima, assim como o número de base de dados. Acredita-se que a busca em mais bases de dados e com mais descritores, principalmente no que diz respeito a termos relativos à VPI, poderia ter retornado um número maior de resultados. Entretanto, considera-se que os achados aqui apresentados são importantes quanto ao panorama atual da literatura e à compreensão da VPI associada ao sexismo ambivalente, possibilitando norteadores para futuras pesquisas e, sobretudo, para se pensar em formas de atuação voltadas para a prevenção e combate da VPI.

## REFERÊNCIAS

- Allen, C. T., Swan, S. C., & Raghavan, C. (2009). Gender symmetry, sexism, and intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(11), 1816–1834. <https://doi.org/10.1177/0886260508325496>
- Altemeyer, R. A., & Altemeyer, B. (1996). *The authoritarian specter*. Cambridge: Harvard University.
- Alvarez, C., Lameiras-Fernandez, M., Holliday, C. N., Sabri, B., & Campbell, J. (2018). Latina and caribbean immigrant women's experiences with intimate partner violence: A story of ambivalent sexism. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(7-8):3831-3854. <https://doi.org/10.1177/0886260518777006>
- Archer, J. (2000). Sex difference in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin, 126*(5):651-680. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651>
- Arnoso, A., Ibabe, I., Arnoso, M., Elgorriaga, E. (2017) El sexismo como predictor de la violencia de pareja en un contexto multicultural. *Anuario de Psicología Jurídica, 27*(1), 9-20. <https://doi.org/10.1016/j.apj.2017.02.001>
- Berke, D. S., & Zeichner, A. (2016). Testing a dual process model of gender-based violence: A laboratory examination. *Violence and Victims, 31*(2), 200-214. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.vv-d-14-00060>

- Boira, S., Chilet-Rosell, E., Jaramillo-Quiroz, S., & Reinoso, J. (2017). Sexismo, pensamientos distorsionados y violencia en las relaciones de pareja en estudiantes universitarios de Ecuador de áreas relacionadas con el bienestar y la salud. *Universitas Psychologica*, 16(4). <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy16-4.spdv>
- Brasil. (2006). Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- Corradi, C. (2009) Violence, identité et pouvoir: Pour une sociologie de la violence dans le contexte de la modernité. *Socio-logos*, (4), 1-11. <https://doi.org/10.4000/socio-logos.2296>
- Easteal, P., Holland, K., & Judd, K. (2015). Enduring themes and silences in media portrayals of violence against women. *Women's Studies International Forum*, 48, 103-113. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.10.015>
- Expósito, F., Herrera, M. C., Moya, M., & Glick, P. (2010). Don't rock the boat: Women's benevolent sexism predicts fears of marital violence. *Psychology of Women Quarterly*, 34(1), 36-42. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2009.01539.x>
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: Inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126.
- Frieze, I. H. (2005). Female violence against intimate partners: An introduction. *Psychology of Women Quarterly*, 29(3), 229-237. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2005.00217.x>
- Gaertner, S.L., & Dovidio, J.F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Gage, A. N., & Lease, S. H. (2018). An exploration of the link between masculinity and endorsement of IPV myths in American men. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), 6145-6165. <https://doi.org/10.1177/0886260518818430>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491-512. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1999). The ambivalence toward men inventory: Differentiating hostile and benevolent beliefs about men. *Psychology of Women Quarterly*, 23(3), 519-536. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1999.tb00379.x>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2011). Ambivalent sexism revisited. *Psychology of Women Quarterly*, 35(3), 530-535. <https://doi.org/10.1177/0361684311414832>
- Glick, P., Fiske, S. T., Mladinic, A., Saiz, J., Abrams, D., Masser, B. et al. (2000). Beyond prejudice as simple antipathy: Hostile and benevolent sexism across cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(5), 763-775. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.79.5.763>

- Glick, P., Sakalli-Ugurlu, N., Ferreira, M. C., & Souza, M. A. D. (2002). Ambivalent sexism and attitudes toward wife abuse in Turkey and Brazil. *Psychology of Women Quarterly*, 26(4), 292-297. <https://doi.org/10.1111/1471-6402.t01-1-00068>
- Gölge, Z. B., Sanal, Y., Yavuz, S., & Arslanoglu-Çetin, E. (2016). Attitudes toward wife abuse of police officers and judiciary members in Turkey: Profession, gender, ambivalent sexism and sex roles. *Journal of Family Violence*, 31(6), 785-796. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9823-1>
- Gracia, E., Garcia, F., & Lila, M. (2014). Male police officers' law enforcement preferences in cases of intimate partner violence versus non-intimate interpersonal violence: Do sexist attitudes and empathy matter? *Criminal Justice and Behavior*, 41(10), 1195-1213. <https://doi.org/10.1177/0093854814541655>
- Graham, J., & Haidt, J. (2012). Sacred values and evil adversaries: A moral foundations approach. In M. Mikulincer, & P. R. Shaver (Eds.), *The social psychology of morality: Exploring the causes of good and evil* (pp. 11-31). Washington: American Psychological Association.
- Guerrero-Molina, M., Moreno-Manso, J. M., Guerrero-Barona, E., & Cruz-Márquez, B. (2017a). Attributing responsibility, sexist attitudes, perceived social support, and self-esteem in aggressors convicted for gender-based violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(21-22), 4468-4491. <https://doi.org/10.1177/0886260517715025>
- Guerrero-Molina, M., Moreno-Manso, J. M., Guerrero-Barona, E., & Cruz-Márquez, B. (2017b). Actitudes sexistas y asunción de responsabilidad en agresores condenados a prisión por violencia de género en España durante los años 2012 y 2013. *Universitas Psychologica*, 16(3), 152-164. <https://doi.org/10.11144/javeriana.upsy16-3.asar>
- Haidt, J., & Graham, J. (2007). When morality opposes justice: Conservatives have moral intuitions that liberals may not recognize. *Social Justice Research*, 20, 98-116. <https://doi.org/10.1007/s11211-007-0034-z>
- Hamby, S. L. (1996). The dominance scale: Preliminary psychometric properties. *Violence and Victims*, 11(3), 199-212.
- Herrera, A., Valor-Segura, I., & Expósito, F. (2012). Is miss sympathy a credible defendant alleging intimate partner violence in a trial for murder? *European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 4(2), 179-196.
- Jiménez, A. A., Priego, M. B., Gutiérrez, M. F., Molina, E. L., Villacreces Flores, N. M., & García Ramírez, J. M. (2015). Violencia de la mujer hacia el hombre, ¿ mito o realidad? *REiDoCrea: Revista Electrónica de Investigación y Docencia Creativa*, 4, 14-17.
- Knox, D. J. (1970). Conceptions of love at three developmental levels. *The Family Coordinator*, 19(2), 151-156. <https://doi.org/10.2307/582445>

- Kosterina, E., Horne, S. G., & Lamb, S. (2019). The role of gender-based violence, health worries, and ambivalent sexism in the development of women's gynecological symptoms. *Journal of Health Psychology, 26*(4), 567-579. <https://doi.org/10.1177/1359105318825292>
- Krug, E. G. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: World Health Organization.
- Lee, M. S., Begun, S., De Prince, A. P., & Chu, A. T. (2016). Acceptability of dating violence and expectations of relationship harm among adolescent girls exposed to intimate partner violence. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy, 8*(4), 487-494. <https://doi.org/10.1037/tra0000130>
- Lelaurain, S., Fonte, D., Aim, M. A., Khatmi, N., Decarsin, T., Lo Monaco, G. et al. (2017). "One doesn't slap a girl but..." Social representations and conditional logics in legitimization of intimate partner violence. *Sex Roles, 78*(9-10), 637-652. <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0821-4>
- Lelaurain, S., Fonte, D., Giger, J. C., Guignard, S., & Lo Monaco, G. (2018). Legitimizing intimate partner violence: the role of romantic love and the mediating effect of patriarchal ideologies. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(13-14), 6351-6368. <https://doi.org/10.1177/0886260518818427>
- Levant, R. F. (1992). Toward the reconstruction of masculinity. *Journal of Family Psychology, 5*(3-4), 379-402. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.5.3-4.379>
- Li, D., & Zheng, L. (2017). Intimate partner violence and controlling behavior among male same-sex relationships in China: Relationship with ambivalent sexism. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(1-2), 208-230. <https://doi.org/10.1177/0886260517724835>
- Loveland, J. E., & Raghavan, C. (2017). Coercive control, physical violence, and masculinity. *Violence and Gender, 4*(1), 5-10. <https://doi.org/10.1089/vio.2016.0019>
- Marques-Fagundes, A. L., Megías, J. L., García-García, D. M., & Petkanopoulou, K. (2015). Ambivalent sexism and egalitarian ideology in perception of psychological abuse and (in) vulnerability to violence/Sexismo ambivalente e ideología igualitaria en la percepción del maltrato psicológico y la (in) vulnerabilidad a la violencia. *Revista de Psicología Social, 30*(1), 31-59. <https://doi.org/10.1080/02134748.2014.991519>
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism. In J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). New York: Academic.
- Novo, M., Herbón, J., & Amado, B. G. (2016). Género y victimización: Efectos en la evaluación de la violencia psicológica sutil y manifiesta, apego adulto y tácticas de resolución de conflictos. *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud, 7*(2), 89-97. <https://doi.org/10.1016/j.rips.2016.05.002>
- Pérez, V. A. F., Fiol, E. B., Palmer, M. C. R., & Guzmán, C. N. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: Determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de Psicología, 22*(2), 251-259.

- Peters, J. (2008). Measuring myths about domestic violence: Development and initial validation of the domestic violence myth acceptance scale. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 16*(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/10926770801917780>.
- Peterson, B., Smith, J. A., Tannenbaum, D., & Shaw, M. P. (2009). On the “exporting” of morality: Its relation to political conservatism and epistemic motivation. *Social Justice Research, 22*(2-3), 206-230. <https://doi.org/10.1007/s11211-009-0101-8>
- Renzetti, C. M., Lynch, K. R., & DeWall, C. N. (2018). Ambivalent sexism, alcohol use, and intimate partner violence perpetration. *Journal of Interpersonal Violence, 33*(2), 183-210. <https://doi.org/10.1177/0886260515604412>
- Riley, C. E., & Yamawaki, N. (2018). Who is helpful? Examining the relationship between ambivalent sexism, right-wing authoritarianism, and intentions to help domestic violence victims. *Sage open, 8*(2), 1-11. <https://doi.org/10.1177/2158244018781899>
- Saltzman, L. E., Fanslow, J. E., McMahon, P. M., & Shelley, G. A. (1999). *Intimate partner violence surveillance: Uniform definitions and recommended data elements, version 1.0*. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention.
- Sibley, C. G., & Perry, R. (2010). An opposing process model of benevolent sexism. *Sex Roles, 62*(7–8), 438–452. <https://doi.org/10.1007/s11199-009-9705-6>
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance theory: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge: Cambridge University.
- Soto-Quevedo, O. A. (2012). Rol del sexismo ambivalente y de la transgresión de estereotipo de género en la atribución de culpa a mujeres víctimas de violencia de pareja. *Acta Colombiana de Psicología, 15*(2), 135-147.
- Stevens, C., Oliveira, S., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: Interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik.
- Straus, M. A. (2008). Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review, 30*(3), 252-275. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.10.004>
- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: The role of beliefs in a just world and ambivalent sexism. *The Spanish Journal of Psychology, 14*(1), 195-206. [https://doi.org/10.5209/rev\\_SJOP.2011.v14.n1.17](https://doi.org/10.5209/rev_SJOP.2011.v14.n1.17)
- Vecina, M. L. (2017). Moral variables before and after a courtmandated psychological treatment of men convicted of violence against their partners: Evolution and relationship with sexist attitudes. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling, 14*(3), 332-341. <https://doi.org/10.1002/jip.1480>
- Vecina, M. L. (2018). How can men convicted of violence against women feel moral while holding sexist and violent attitudes? A homeostatic moral model based on self-deception. *American Journal of Men's Health, 12*(5), 1554-1562. <https://doi.org/10.1177/1557988318774218>

- Vecina, M. L., & Piñuela, R. (2017). Relationships between ambivalent sexism and the five moral foundations in domestic violence: Is it a matter of fairness and authority? *The Journal of Psychology*, *151*(3), 334-344. <https://doi.org/10.1080/00223980.2017.1289145>
- Vidal-Fernández, A., & Megías, J. (2014). Attributions of blame to battered women when they are perceived as feminists or as "difficult to deal with". *The Journal of Psychology*, *17*. <https://doi.org/10.1017/sjp.2014.26>
- World Health Organization (2017). *Violence against women*. Geneva: WHO. Recuperado de: <http://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- World Health Organization. (2005). *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: Summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: WHO. Recuperado de: <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/24159358X/en/>
- World Health Organization. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Geneva: WHO. Recuperado de: <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241564625/en/>
- Yamawaki, N., Ostenson, J., & Brown, C. R. (2009). The functions of gender role traditionality, ambivalent sexism, injury, and frequency of assault on domestic violence perception: A study between Japanese and American college students. *Violence Against Women*, *15*(9), 1126-1142. <https://doi.org/10.1177/1077801209340758>
- Zapata-Calvente, A. L., & Megías, J. L. (2017). Social perception of intimate partner violence according to the motivations and sex of the aggressor and the ideology and sex of the observers. *Revista de Psicología Social*, *32*(2), 301-332. <https://doi.org/10.1080/02134748.2017.1297355>

## NOTAS

<sup>1</sup> De acordo com Altemeyer, e Altemeyer (1996), o autoritarismo de direita (*Right-Wing Authoritarianism* – RWA) é um fator de personalidade autoritária decorrente de crenças associadas à direita política, que envolve três componentes: submissão autoritária (submissão acrítica a figuras de autoridades); convencionalismo (adesão a normas e valores morais tradicionais); e agressão autoritária (agressividade legitimada por autoridades direcionada a algumas pessoas).

<sup>2</sup> O modelo propõe que o SB molda diferenças individuais na oposição de homens e mulheres a práticas e políticas sociais que atenuam ou aumentam a desigualdade sistêmica de gênero, embora oponham-se a processos de aprimoramento e atenuação de hierarquia (ver Sibley & Perry, 2010).

<sup>3</sup> A orientação para a dominância social (*Social Dominance Orientation* – SDO) é a predisposição de indivíduos para estabelecer relações intergrupais hierárquicas, ou seja, a intensidade em que se deseja que seu grupo domine grupos externos. É oriunda da Teoria da Dominância Social que postula que as sociedades se estruturam como sistemas pautados em hierarquias, em que um grupo se constitui como hegemônico em relação a outros (ver Sidanius & Pratto, 1999).

<sup>4</sup> Absolutismo moral refere-se à percepção de determinada pessoa de que suas concepções de moralidade são objetivamente “mais corretas” e universais (ver Peterson, Smith, Tannenbaum, & Shaw, 2009).

<sup>5</sup> Fundamentos individualizantes (*individualizing foundations*) e fundamentos vinculativos (*binding foundations*) são conceitos oriundos da Teoria da Fundação Moral (*Moral Foundation Theory*). Os fundamentos individualizantes envolvem preocupações morais que se concentram principalmente na provisão e proteção dos direitos e da liberdade de cada pessoa (fundamentos de cuidado/dano e justiça/trapaça), já os fundamentos vinculativos possuem papéis mais controversos relacionados à violência idealista e ao conflito entre grupos (lealdade/traição, autoridade/subversão e pureza/degradação) (ver Graham & Haidt, 2012; Haidt & Graham, 2007; Vecina, 2017).

<sup>6</sup> A *Dominance Scale* examina três formas diferentes de dominância dentro do relacionamento: autoridade, restrição e disparidade (ver Hamby, 1996).

<sup>7</sup> A Ideologia da Masculinidade Tradicional (*Traditional Masculinity Ideology*) representa um “código social” de comportamentos, habilidades e valores, direcionado aos homens, que exalta a contenção das emoções, a resistência física e agressividade, além da conservação da distribuição desigual de poder entre homens e mulheres (ver Levant, 1992).

<sup>8</sup> Os mitos da violência doméstica são crenças que minimizam, toleraram, negam ou justificam a existência de violência doméstica. A *Domestic Violence Myth Acceptance Scale* é um instrumento que mensura o endosso desses mitos (ver Peters, 2008).

<sup>9</sup> “O amor romântico é um conjunto de crenças sobre o poder do amor e a perfeição do romance, incluindo, por exemplo, idealização do parceiro, misticismo, envolvimento completo e exclusividade ou ciúme. Também se refere à natureza do amor e, mais especificamente, às características ou critérios para um relacionamento ideal, sobre como ele deve se desenvolver, funcionar e ser mantido” (ver Lelaurain et al., 2018 p. 3). Neste estudo, o amor romântico foi mensurado a partir da “*Attitude Toward Love Scale*” (ver Knox, 1970).